



XV Congresso Brasileiro de História
Econômica & 16ª Conferência
Internacional de História de Empresas

Osasco, 02 a 04 de outubro de 2023



ASSOCIAÇÃO
BRASILEIRA DE
PESQUISADORES
EM HISTÓRIA
ECONÔMICA

BRASIL E AMÉRICA NO SÉCULO XIX

**As relações entre as abolições atlânticas e a reconfiguração do mercado creditício:
Inglaterra, Caribe e Brasil**

*The relationships between Atlantic abolitions and the reconfiguration of the credit market:
England, Caribbean, and Brazil.*

Gustavo de Almeida Muniz Coutinho; UFF; gustavoc@id.uff.br
Iago Frizzarin Dotti; UFF; iago@gmq.com.br

RESUMO: A historiografia há tempos discute a perspectiva do crédito e do escravizado como garantia nas relações financeiras desde os primeiros núcleos coloniais nas Américas. As pequenas variações existentes na circulação econômica se intensificaram no século XIX, durante a Era das Revoluções Liberais Constitucionais. Neste artigo, analisamos a zona de transição das garantias fornecidas nos empréstimos da produção açucareira, seja pelo escravizado ou pela lógica da penhora propriedade privada e suas transformações capitalistas. Essa análise é feita a partir de disputas internas entre as províncias da Bahia e de São Paulo, no Brasil, em comparação com as colônias de Cuba e Martinica. Uma vez que essas zonas, singulares foram condicionadas economicamente a um único modelo de garantia advindo da Imposição Britânica e sua hegemonia global e por exigências de maiores prazos de pagamento e execução tangíveis dos empréstimos contraídos baseados na terra e na propriedade.

Palavras-chave: Garantias. Escravizados. Propriedade Privada. Terra.

ABSTRACT: The historiography has long debated the perspective of credit and enslaved individuals as collateral in financial relationships since the early colonial settlements in the Americas. These minor variations in economic circulation intensified in the 19th century during the Era of Liberal Constitutional Revolutions. In this article, we analyze the transitional zone of guarantees provided in loans within the sugar production context, whether through the enslaved individuals or the logic of seizing private property and their capitalist changing. This analysis stems from internal disputes between the provinces of Bahia and São Paulo in Brazil, compared to the colonies of Cuba and Martinique. Since these unique zones were economically conditioned by a single



model of guarantee stemming from British imposition and its global hegemony, demands for longer tangible payment and execution periods for loans based on land and property emerged.

Keywords: Warranty. Enslaved. Private propriety. Land.

As conexões dos espaços atlânticos: Referenciais teóricos da discussão sobre as multi temporalidades

Quando Dale Tomich se valeu da multitemporalidade para explicar o espaço em *Slavery in the Circuit of Sugar – Martinique and World-Economy, 1830-1848*, ao tomar como alternativa o Sistema Mundo, explicando a polivalência das relações multilaterais construídas na Martinica, o autor reconheceu a complexidade da construção espaço-temporal como um todo. Os contrastes entre colônia e metrópole foram enfatizados por meio de uma perspectiva de interdependência, conjugando o mercado, a política imperial e o resultado dessas categorias híbridas, resultantes do capitalismo dependente, entre colônias e metrópoles. Tomich, ao historicizar radicalmente as *plantations* da ilha e sua paisagem — categoria principal de análise, no século XIX, compreendeu de maneira mais explícita a relação escravista e a divisão mundial do trabalho.

Jason Moore, em *Remaking Work, Remaking Space: Spaces of Production and Accumulation in the Reconstruction of American Capitalism, 1865–1920*, ao se debruçar no desenvolvimento capitalista dos EUA, analisou a relação entre a natureza e as mudanças sociais em múltiplas escalas geográficas, a partir da transição do fim da Guerra Civil norte-americana e a inserção do país no sistema mundial. Dessas transições e mudanças disruptivas, ocasionadas pelos conflitos internos, entre a coexistência das *plantations* e o capitalismo industrial, emergiram contradições e perigos para uma classe agrária de capital financeiro individual, exposta à competição, à intensificação do mercado nacional e a conflitos com a classe operária industrial norte-americana em formação.

Tomich e Moore reconhecem que o mesmo espaço geográfico pode ter diferentes perspectivas de análises e, sincronicamente, comportar diversas temporalidades, em ritmos diversos de desenvolvimento dos *loci*. Trata-se de uma metodologia que, ao ser aplicada em diferentes espacialidades, ajuda na compreensão das fronteiras produtivas iniciais dos núcleos



coloniais, e suas respectivas limitações produtivas de expansão do açúcar. De igual maneira, pensar as diferentes perspectivas estruturais de crédito praticados, comumente entre impérios, próprios dos tensionamentos produtivos, nos permite compreender, ao menos em um primeiro momento, a formação da matriz de crédito, a partir da influência do Império Britânico, que alinhavou esses núcleos coloniais. As inserções coloniais em diferentes contextos globais flexionam-se em distintas tomadas de decisões creditícias dos Impérios Português, Francês e Espanhol. Medidas de políticas econômicas externas necessárias à integração ao sistema financeiro do Mundo Atlântico. Os tornando partes em conjunto da economia-mundo. Reconfigurando, assim, a rede de mercado global capitalista, frente a acomodação dos novos estados nacionais nas Américas no século XIX.

Essa análise também pode ser interpretada pela óptica da tripartite de Fernand Braudel, a saber: o tempo de curta duração da lógica humana, o tempo de média duração compreendido como a duração de uma dada conjuntura e o tempo de longa duração multissecular para novas mudanças sociais dos impactos do capitalismo oitocentista (LACOSTE, 1989. p. 80)

Por uma questão metodológica, calca-se a construção desse artigo pela média duração, ao se interpretar a formação dos sistemas creditícios colônias, a partir da formação das primeiras estruturas sistematizadas que financiaram a produção açucareira entre açucarocracia do Império do Brasil, por meio do antagonismo interno entre as províncias da Bahia, leia-se Recôncavo Baiano, a começar pela Baía de Todos-os-Santos e por São Paulo, pelo Vale do Paraíba e o Oeste Paulista. Já pelo plano global, à comparação se dá pela Baía de Havana, em Cuba e Saint-Pierre, cidade mais antiga da Martinica e centro econômico até 1902, suas respectivas categorias de múltiplas escalas geográficas e o início da ocupação territorial dessas áreas tornaram-se decisivas para o arranque produtivo do açúcar e para a expansão das fronteiras açucareiras, tendo como recorte cronológico o longo século XIX.

Se o aporte ambiental preliminarmente foi decisivo para a intensificação do mercado exportador de açúcar, por outro lado, não é o suficiente para a perpetuação da competitividade. O conjunto mínimo de condições sincrônicas, geográficas, tecnológicas e principalmente de linhas de créditos que impunham uma instrumentalização financeira comum a esses territórios. A escolha dessas antigas colônias é proposital, uma vez que elas demarcam



sistemas de garantias creditícias singulares, porém com a mesma origem. Ao alinhar-se a formação do mercado liberal inglês no seu processo de consolidação e estruturação dos seus respectivos sistemas bancários no capitalismo do século XIX.

No volume II, do Mediterrâneo, Braudel adverte e reforça o espaço como o inimigo número um das relações capitalistas, as distâncias-tempo e sua sobreposição econômica. Todavia, o prolongamento para além do espaço do Mediterrâneo da economia-mundo consolida-se no século XIX pela atuação de uma política externa desses novos atores. Nesse caso, estados independentes que reproduziram modelos do *Saving Banks Moviments e Penny Banks* Inglês, modelos creditícios do Império Britânico, baseados em microcréditos, que realinham o consumo de classes em ascensão, de trabalhadores livres, escravizados, mulheres e demais categorias que viessem a compor a formação de um sistema econômico moderno (OLIVEIRA, 2020. p. 187) à partir dos princípios liberais. Na medida que, também surgia uma nova composição demográfica oitocentista na Europa e nas Américas (RODARTE, GODOY et PAIVA, 2022. p. 45) A transição do modelo inglês de uso da terra é analisada por Taisu Zhang, em um movimento de análise comparativa com a China. Em seu trabalho, Zhang demonstra como o sistema de crédito da Inglaterra se formou em torno da posse da terra, e como os cercamentos funcionaram como meio de concentração não só da terra, mas também do capital financeiro fruto da posse agrária.

Na França, antes mesmo da Revolução Francesa, as *Caisse d'épargnes et prévoyance* foram idealizadas como os primeiros projetos de cunho assistencial entre os anos 1750-1780. E posteriormente essas caixas de assistências se espalharam aos montes pela França após o período revolucionário, de maneira igual pelas Américas, ao final do século XVIII (LÉCUYER, 2020. p. 229). Antes mesmo dos bancos se espalharem pela França no século XIX, os notários atuavam como agentes de proprietários distantes. Em 1780, por exemplo, o chefe da nobre família Saulx-Tavanes em Paris contratou notários locais para ajudar a administrar suas propriedades na Borgonha e na Normandia. E mesmo depois que os bancos abriram em todo o país, os indivíduos ainda mantinham contas com notários que emprestavam dinheiro ou arrendavam terras para eles e cobravam juros e aluguéis (HOFFMAN, VINAY et ROSENTHAL. 2019).



Todavia, quando se pensa a lógica global, a extensão de produção de commodities tanto nas antigas zonas de produção açucareira, como nas novas zonas permitiu uma dinamização produtiva, resultante da circulação e aporte de crédito, seja via expansão do comércio transatlântico entre metrópoles rivais ou o estímulo à formação de políticas internas de circulação econômica, mesmo que reativa as crises financeiras do antigo regime.

Os exemplos acima antecedem a formação de um sistema bancário, que por meio das circulações de ideias resultaram, a partir do início do século XIX, na formação das primeiras casas bancárias. E logicamente viriam a exigir novas formas de se garantir esse crédito, lastreados tanto pela balança comercial do ouro, quanto pelos títulos da dívida pública, em uma tentativa de financiamento externo e interno, assegurados em um primeiro momento, pelos escravizados e posteriormente, a partir de 1850, hipotecas, contratos de garantia de safra futuras e principalmente pela concentração de terras, maior ativo convertido em garantia.

Cada uma dessas zonas açucareiras desde do início da sua ocupação/colonização se estruturou de maneira distinta. A imposição econômica do mercado global, fez com que Cuba, Martinica, o Recôncavo Baiano, o Vale do Paraíba e o Oeste Paulista modificassem suas relações com o trabalho e a terra. Karl Polanyi, atribui novo sentido, agora como mercadoria fictícia, dotados de valor. O mercado de trabalho, terra e dinheiro são fáceis de distinguir. Contudo, o que é difícil diferenciar são as partes de uma cultura, cujo núcleo é formado por seres humanos, seus ambientes naturais e organizações produtoras, respectivamente. Ampliação do mecanismo de mercado aos componentes da indústria, trabalho, terra e capital, foi a consequência inevitável da introdução do sistema fabril numa sociedade comercial. Esses elementos da indústria se tornaram a nova ordem de garantias para a mudança do sentido do crédito disponível (POLANY, 2000, p. 145).

O capital de empréstimo britânico estendeu a abrangência do mercado mundial para todos os estados. Um sistema de comércio multilateral surgiu dependente dos saldos em libras esterlinas e do crédito dos bancos londrinos, bem como da capacidade da cidade de liquidar indiretamente as balanças comerciais entre os estados. Contas de transações e saques em bancos de Londres substituíram a transferência de metais preciosos na organização dos câmbios internacionais e saldos em libras esterlinas foram usados para ajustar o status de



moedas nacionais no comércio mundial. A centralização do sistema bancário permitiu à Grã-Bretanha manter e ampliar o intercâmbio mundial e alcançar a supremacia financeira além de sua supremacia comercial e industrial. A criação do sistema global das relações de troca, centradas na Grã-Bretanha, estabeleceu uma divisão mundial do trabalho dependente e sensível a um mercado mundial integrado. Dentro desta nova configuração, as condições de produção e comércio do açúcar colonial e a escravidão na economia-mundo foram alteradas (MCMICHAEL, 1984).

A expansão do capitalismo mundial, a partir do final do século XVIII, e as mudanças das estruturas sociais resultantes de inúmeros conflitos, consomem os espaços remanescentes, e os readaptam, quando já alcançada a fronteira agrícola das antigas zonas. Simultaneamente, avançam para novos espaços, como o Vale do Paraíba e Oeste de São Paulo, e como acontece em Cuba, de Havana às matas ainda virgens de Matanzas, em direção à parte ocidental da Ilha e ao sul da Martinica, para os vales e terrenos acidentados, como de Anses-d'Arlets e Lamatin, incorporando antigas e pequenas propriedades produtoras de café, calcando-se em diferentes processos creditícios e fiscais ao preço da degradação ambiental.

Ao se levar em consideração que a formação espacial colonial que se deu frente à estrutura social assentada, com suas fronteiras previamente estabelecidas, é um equívoco pensar que a nova estrutura do capitalismo não se valeu dos espaços existentes para garantir a perpetuidade da concentração de capital, gora com a hegemonia Britânica. As relações parentais e normas de hierarquia social moldaram as distribuições de autoridade social; que por sua vez regularam subsequentemente as relações institucionais acerca das exceções legais para macular o sagrado direito inviolável da propriedade, lógica liberal, assegurada pelas constituições implementadas ao longo dos oitocentos.

O Recôncavo Baiano, do microcrédito circulante à tentativa de autonomia do Império do Brasil.

No final do século XVIII é possível identificar a diminuição das zonas tradicionais de produção açucareira, divididas em porções menores de número de tarefas como: as freguesias de Cachoeira de Iguape e a Oeste da Baía de Todos os Santos, zonas cortadas pelo Rio



Paraguaçu. Em média os números de tarefas oscilavam entre 800 a 1000, contudo, ao incorporar as açucarocracias ao poderio de pequenas engenhocas, nota-se um aumento considerável no tamanho das tarefas produtivas. Kátia Matoso localiza as zonas tradicionais de produção do açúcar em *A Cidade de Salvador* e seu mercado no século XIX, sendo possível encontrar ainda no século XIX, engenhos tradicionais, como Engenho D'Água, do Barão de São Francisco, com 1000 tarefas, mas de área destinada ao açúcar somente 40 tarefas. Situação igualmente reproduzida no Engenho Quibaca, do Barão de Cotegipe, com 1000 tarefas no total e apenas 60 tarefas destinadas à lavoura de cana. Infere-se que a média das propriedades replicavam entre 1500 tarefas quando incorporado médios e pequenos engenhos (AZEVEDO, 2009, 61).

As áreas chamadas várzeas são definidas como solos de maior profundidade e tinham a capacidade de acumular a sedimentação da matéria orgânica trazida pelos numerosos córregos que cortam a região do recôncavo. A produção açucareira era limitada às várzeas ricas e úmidas chamadas de massapê — “solos escuros e fortes”, de acordo com um manual agrícola do final do século XVII, “que são os mais excelentes para a cana”. No século XIX, a cana era quase exclusivamente um produto dos vales. A doçura e a fertilidade das terras do massapê seriam canonizadas na mitologia regional (ROGER *Apud* ANTONIL, 2010, p. 24).

De acordo com o avanço da área produtiva da expansão da fronteira do açúcar, os plantadores procuravam terras mais favorecidas com esse solo frutífero, mais acidentados e nem sempre aptos a atender na mesma velocidade de crescimento da demanda. Conforme a produção açucareira avança e se exige cada vez mais o ritmo em escala mundial, os produtores de açúcar do século XIX, nessa região, buscam a expansão para atender o mercado mundial em terrenos mais ao sul, internalizados e acidentados.

A expansão da produção açucareira do Recôncavo Baiano se dá no meio da adversidade entre o meio ecológico, a resistência de aporte tecnológico e aumento da circulação de crédito, concentrados em irmandades religiosas. O avançar concomitante para o sul da capitania da Bahia em direção a Ilhéus, como também para o norte da região, buscou reservas de áreas das antigas zonas açucareiras sucumbindo às produções de outras lavouras como mandioca, fumo, café, etc.



No Recôncavo Baiano, o custo para avançar para novas áreas e disponibilidade energética, somado à intensificação de número de escravos pelo tráfico atlântico, fornecendo mão de obra, faz com que a dinâmica seja uma transição para o aumento real do crédito ao passo da ausência de garantias, uma vez que o perfil creditício estava ligado à uma certa proximidade entre tomador do crédito e o concedente. Realidade apontada por Stuart Schwartz, em Segredos Internos:

“Na Bahia e em Sergipe de El-Rey, a indústria continuou à crescer até 1840. Apesar de um desarranjo nas exportações no período 1808-11, devido à eventos na Europa e à condições locais, a construção de engenhos acelerou-se novamente após 1817. Entre essa data e 1828, foram instalados 110 novos engenhos, e na década seguinte entraram em operação mais de 220 unidades. Em 13 de novembro de 1827, uma lei pôs fim a limitação a construção de novos engenhos, tornando-se possível à qualquer um que dispusesse do captial ou crédito necessário para dar início às operações. Entre 1827 e 1834, novos engenhos foram construídos a taxa de 23 por ano. Embora variem as estimativas de produção e as informações sobre o número de engenhos, à tendência expansionista é clara em todos os casos. Uma estimativa de 1818 indicava 325 engenhos na Bahia e 156 em Sergipe de El-Rey, para um tototal de 511 engenhos. Uma relato de 1834 informava um total para ambas as regiões de 603 unidades.” (SCWARTZ, 1988, p. 345-346)

O aumento do número de engenhos apontado por Schwartz, evidencia a necessidade da demanda crescente de crédito na província da Bahia. Dialogando com a tese recente de Augusto Fagundes da Silva dos Santos, que traz em uma recorte cronológico dos tipos de créditos em circulação na Região do Recôncavo Baiano, havendo um crescimento considerável do crédito por mais de uma década, nunca abaixo de cem contos de réis. (SANTOS, 2020.p.167.) O que se traduz em um bom período produtivo do açúcar e respectivo aumento da demanda global e preço internacional do açúcar baiano.

Se por um lado a relação de crédito registrado na Província Baiana se revela promissora, atenta-se para eventuais divergências dos números exatos produtivos da cana-de-açúcar por área e suas diversas reconfigurações latifundiárias. A imprecisão do volume em dados de exportação dificulta a real aferição. No entanto, é possível mensurar a capacidade instalada açucareira por hectare. Assim, tomando como base a média produtiva da cana-de-açúcar, na Bahia, a capitania produziu em torno de 50 toneladas entre os séculos XVI a XVIII. Sendo o limite de coeficiente produtivo de 3% por peso da cana, resultando uma área de cerca de 120km², ou seja, de 12.000 hectares, ocupado por canaviais, e a consequente



supressão de aproximadamente 1.000 km², ou 100.000 ha até o ano 1700 (RODRIGUES *apud* DEAN, 2020).

Diversos autores, estimaram a média de exportação do açúcar. Assim, a média de produção de Kg por hectare nos engenhos baianos, desde a instalação dos primeiros engenhos até 1816, é de aproximadamente 1.782 kg de açúcar por hectare. Tendo como limite médio instalado da capacidade produtiva da cana, ou seja, sua fronteira de produção do açúcar, de cerca de 20.650 ha por ano de área plantada, com produção média de 36.799 toneladas de açúcar por ano. Com isso pondera-se que 15 ciclos de 20 anos possam ter demandado aproximadamente 309.750 ha ou 3.097 km² de área para produção açucareira (RODRIGUES et ROSS, 2020).

Contudo, a imprecisão dos números produtivos de exportação podem se aproximar de números mais factíveis quando comparados com os juros e garantias ofertadas registradas nos cartórios baianos. Os créditos circulantes na Província Baiana atrelados a grandes valores, quase sempre tinham como garantia propriedades bem imóveis. Por outro lado, valores advindos do microcréditos quase sempre não eram ofertadas garantias, prevalecendo à honra. O que chama atenção, pois dentro das teorias econômicas, o que gera à circulação econômica é justamente atividade econômica plural de pequenas e médias propriedades, à começar pela dinâmica de mercado em direção ao interior do Recôncavo Baiano. Assim, na relação diversa de empréstimos ocorridos na Bahia, os senhores de engenhos e lavradores eram responsáveis por 52% do crédito concedido. (FLORY *Apud* SANTOS, 2020. p. 86)

Ainda nessa linha, Ângelo Carrara, traz uma importante questão, a relação da Bahia e sua liquidez na economia colonial. Ao citar Schwartz e os estudos de Jaco Price, quanto aos padrões de investimentos, a pluralidade creditícia e modo como é assegurado esse crédito. Em uma economia de baixa liquidez a tendência é que se busque pelo ativo de maior liquidez e mais abundante disponível ou a substituição dos padrões tradicionais, se valendo como forma de exceção, aqui o autor aponta os “bens móveis, como engenhos, canaviais ou casas, de modo que à propriedade como um todo tornava-se em essência, hipotecada” (SCHWARTZ *Apud* CARRARA, 2020. p.24).



No intuito de dar maior liquidez ao sistema colonial, passa-se a compor a ordem dos empréstimos concedidos com base no escravizado, a fim de se garantir o dinamismo das relações econômicas, principalmente a partir do aumento do número de escravizados traficados, principalmente após a década de 1830. No entanto, um outro ponto deve ser frisado, frente a adoção do escravizado como garantia, a expectativa de vida desses escravizados, deve notoriamente está ligada ao prazo apto do adimplemento das obrigações de pagamento entre credores e devedores. Diversos autores como: Robert Slenes, em *The Demography and economics of Brazilian Slavery, 1850-1888* (1976), Roberto Borges Martins em *Growing in Silence: The Slave economy of Nineteent Century Minas Gerais* (1980), Maria Luiza Marcilio, em *demografia história: orientações, técnicas e metodologia* (1977), Merrick e Graham, em *População e desenvolvimento econômico no Brasil de 1800 até a atualidade* (1980), Maria Luiza, em *A Cidade de São Paulo: povoamento e população, 1750-1850* (1974), Pedro Carvalho de Mello, em *Estimativa da Longevidade de Escravos no Brasil do século XIX* (1983), entre outros apontam o tempo de vida do escravizado para uma média entre 16 e 44 anos. Esse prazo, está dialoga também a capacidade de se atribuir liquidez no período colonial, tendo a escravidão como uma instituição certa.

Por outro lado, ao longo do século XIX, o seu futuro demonstrou-se incerto. E apesar de todo arcabouço regulamentar proibitivo que fez com que houvesse uma lenta e prolongada vida útil até quase à virada do século XIX no Império Brasileiro, ainda assim, fica evidente uma resistência ao se aderir a propriedade privada e terras, bens imóveis, como garantia principal ao longo do século XIX. Como se verá a seguir para a região do vale do Paraíba e Oeste paulista, as instituições que ali atuavam na segunda metade do XIX, como o caso do Banco do Brasil, concentravam se restringiam seus empréstimos na região, não atendendo às necessidades nacionais. Não havendo condições de ampliação desses crédito para as demais províncias, mesmo a partir da Lei de Terras de 1850 e posteriormente à Lei dos Entraves de 1860. Importante notar que anteriormente a esses dispositivos, há uma certa tentativa de autonomia e suficiência creditícia por parte da província de Bahia em fazer circular o crédito, tais como à criação da Caixa Econômica da Bahia de 1837 e posteriormente o Banco da Bahia de 1845, sem falar nas irmandades religiosas, principais agentes de concessão de empréstimos.



Vale do Paraíba e a inversão da antiga ordem de garantia e contração de crédito: Do escravizado à propriedade da terra.

As duas primeiras décadas do período imperial brasileiro foram marcadas, no aspecto econômico, pela manutenção do sistema agroexportador baseado na mão de obra escrava. O processo de independência do Brasil não veio acompanhado pela transição da mão de obra, de forma que houve uma série de rearranjos políticos ao longo da regência e do segundo reinado que tiveram a função de criar uma condição de coexistência entre vetores antagônicos. O regresso conservador de 1837, por exemplo, teve essa função. Reorganizar a dinâmica interna brasileira para que se mantivesse a entrada de africanos no Brasil, mesmo que de forma ilegal, por conta de lei promulgada em 1831. Nesse momento, a cana de açúcar ainda tinha um papel fundamental na economia nacional.

A transição do café não foi tão abrupta quanto se costuma narrar. Paula Beiguelman caracteriza a economia brasileira em 1831, quando aborda a lei antitráfico, da seguinte maneira: “[...] agropecuária decadente, a economia açucareira madura e a lavoura cafeeira em expansão” (BEIGUELMAN, 1978, p. 3). O processo de criação do complexo cafeeiro no Sudeste foi acompanhado por uma certa revitalização da economia açucareira no Nordeste. Entre 1821 e 1830, quando a região do Vale do Paraíba já começava a florescer como um centro produtor de café, o açúcar representava 30,1% das exportações brasileiras, enquanto o café representava 18,4%. É na década de 1840 que o café passa a representar o principal produto de exportação, passando para 43,8% ao passo que o açúcar declinou para 24%. Importante destacar que, mesmo com a transição do eixo econômico, o açúcar chegou à década de 1870 representando 11,8% das exportações. (SILVA *Apud* GRAÇA FILHO e COLE LIBBY, 2004. p. 12)

Ao longo da primeira metade do século XIX o que predominou no sistema de crédito foi o crédito pessoal. O Banco do Brasil criado pela Corte portuguesa no ano seguinte à sua chegada ao território americano findou em 1929, de forma a deixar um vazio institucional. Houve uma tentativa de refundar um banco com características nacionais no ano de 1833, porém, tal desejo de parte da elite nacional não se concretizou. Como o rearranjo institucional só viria, efetivamente, em 1853 com a fundação de um novo Banco do Brasil, fruto da união do Banco Comercial do Rio de Janeiro com o Banco do Brasil do Barão de Mauá, o que



imperou no momento foram as atuações dos comissários, que serviam como intermediários entre fazendeiros e o crédito internacional, na maioria dos casos[1].

A solução viria de fato com a fusão dos citados: “[...] a fusão desses dois bancos talvez fosse a única maneira de viabilizar o capital privado necessário para a incorporação de um banco nacional de emissão que tivesse condições de cumprir as determinações apresentadas na proposta” (GAMBI, 2015, p. 150). Assim, surge o segundo Banco do Brasil, iniciado com um capital de 30.000 contos divididos em 150.000 ações de 200 mil réis cada. A relação com o Estado pode ser entendida brevemente ao nos depararmos com o fato de que tanto o presidente do banco quanto o vice seriam eleitos pelo Imperador. Estava fundado um pilar central na sustentação do Segundo Reinado.

Mesmo com o complexo cafeeiro já consolidado, as relações de créditos pessoais continuaram tendo importância gigantesca, já que o crédito institucional chegava para uma parcela ínfima da população, que tinha grande concentração de capitais em suas mãos. Isso se dava, evidentemente, pela qualidade na garantia oferecida, e conseqüentemente, na ampliação da taxa de retorno dos bancos. É a partir da década de 1870 que o cenário de predominância desse crédito pessoal começa a se alterar. Em trabalho sobre o crédito na região de Campinas, Maria Alice Ribeiro Contrapõe os quinquênios de 1865-1869 e 1870-1874 e conclui que:

"A real diferença entre os dois quinquênios estudados reside nos credores, pois as instituições bancárias criaram um novo cenário. No segundo quinquênio, embora houvesse ao todo 21 hipotecas que possuíam como primeiro titular uma instituição bancária, responsáveis por 63% do valor crédito hipotecário total ofertado em Campinas, uma única instituição, o Banco do Brasil, ofertou 38% do valor total do crédito hipotecário. Considerando, apenas as instituições bancárias, o Banco do Brasil sozinho representava 67% das hipotecas e 60% do valor do crédito ofertado por essas instituições." (RIBEIRO, 2018, p. 46)

Utilizando os mesmos livros de *Inscrição Especial de Hipotecas* que utilizou Ribeiro, porém para anos diferentes, podemos atestar que em 1878 (até dia 13 de Dezembro de 1878) foram feitos 44 empréstimos hipotecários na região, de forma que 9 deles foram realizados pelo Banco do Brasil. Os 44 empréstimos representaram o total de 1,239,078 de contos de réis. Só o Banco do Brasil emprestou 692 contos. Assim podemos atestar que a tendência evidenciada por Ribeiro se mostra consistente. Também é fato que a ampliação do crédito



institucional não representou uma cobertura completa das necessidades agrícolas. Mesmo em 1878 essas questões não estavam solucionadas, como ficou claro no Congresso Agrícola daquele ano, reunião que evidenciou que as maiores angústias dos fazendeiros estavam justamente em conseguir braços e capitais. Busquemos destacar agora os colaterais desses empréstimos.

O crédito hipotecário se tornou cada vez mais dependente do escravo como garantia. Isso porque a terra sem escravos não tinha valor. Portanto, o trabalho cativo não produzia riqueza unicamente a partir de seu trabalho, mas também como garantia de empréstimos que muitas vezes tinham razão de se consolidar por necessidade de compra de mais escravos. É por esse motivo que não podemos pensar no processo de desagregação da monarquia escravista sem pensar a economia política que estruturou tal movimento. Essa desagregação se inicia em 1831, com a primeira lei anti-tráfico, perpassando a lei Eusébio de Queirós, que liquida de vez a entrada de cativos, a lei do Ventre Livre (1871) e a lei dos sexagenários de 1885. Ao analisar os registros hipotecários, percebemos que os pequenos empréstimos, feitos quase sempre por pessoas físicas, não utilizavam o cativo como colateral. Muitas vezes a garantia era uma casa ou um sítio, mas raramente com escravaria. Já os empréstimos feitos pelo Banco do Brasil tinham garantias impressionantes. Fazendas com milhares de pés de café e mais de uma centena de escravos. A partir dos livros de Inscrição Especial de Hipotecas, localizado no Centro de Memória da Unicamp, podemos ver que em 29 de novembro de 1877, por exemplo, foi firmado o empréstimo de 120 contos de réis entre o Banco do Brasil e Antônio C. de Camargo. A garantia de tal transação consistia em uma fazenda de 393 hectares, com 140.000 pés de café e 159 escravos. Evidente que nem todos os empréstimos se davam nessas condições, mas a partir desse caso fica evidente a proporção que o crédito institucional tomou no final da década de 1870 na região do Oeste Paulista.

Nesse momento, já era nítida a diferença na capacidade produtiva e exportadora da região Nordeste e Sudeste. Segundo Jacob Gorender, entre 1882/83 e 1886/87, o Nordeste representou 22,1% das exportações brasileiras, enquanto as províncias cafeeiras representavam 66,3%. Mais importante do que essa discrepância, é o contraste produtivo entre São Paulo e Rio de Janeiro: “No Oeste Paulista, os cafezais produziam duas a quatro vezes mais do que no Vale do Paraíba” (GORENDER, 2016, p. 602). Gorender ainda demonstra uma diferença significativa dentro de São Paulo, já que em 1886 o chamado Oeste



antigo produziu 3.008.350 arrobas de café, contra 4.720.733 arrobas produzidas pelo Oeste novo (Ibidem, p. 603).

Além da transformação no espaço da produção, é preciso enfatizar que o número de imigrantes em ambos os estados era extremamente contrastante. São Paulo investia muito mais na imigração, já que possuía uma terra com maior capacidade produtiva e isso refletia em maiores lucros dentro dos novos sistemas em ascensão, como o sistema de parcerias. Já o Rio de Janeiro se encontrava em situação mais delicada, o que refletiu em uma maior dificuldade em iniciar o processo de transição da mão de obra. Tais condições de mão de obra e produtividade formaram a realidade concreta sobre as quais as transações financeiras aconteceram. Não é sem motivo que nos anos iniciais da década de 1880, São Paulo galgou melhores condições para negociar com o Banco do Brasil, melhorando em muito seu trânsito com a instituição.

Com a abolição se tornando uma realidade cada vez mais próxima, em 1884 o Banco do Brasil encerra sua carteira hipotecária, ela toda lastreada em escravos. A partir desse momento há uma reorganização do sistema de crédito, que já vinha sendo feita em outras partes do mundo, e que ocorreu por último no país que mais estendeu a exploração da mão de obra escrava. A partir das demonstrações empíricas apresentadas, podemos propor uma interpretação mais ampla sobre a transição das garantias creditícias no Brasil a partir de uma perspectiva global. Perspectiva essa, que se traduz à luz do Mundo Atlântico, tomando como parâmetros as condições produtivas à partir da ótica do Caribe Francês e Espanhol e suas principais colônias produtivas. Cuba da ascensão ao declínio, porventura apoiados até à década de 1830 nos morgadios e reservas de áreas verdes. Enquanto a Martinica pela condições



Martinia e Cuba, antigas e novas zonas, o recorte dos acontecimentos da garantia e liquidez do crédito. Conexões com o Império do Brasil.

O processo desencadeado pela Revolução do Haiti acelerou o colapso colonial do império francês, reverberando em todas as principais colônias produtoras de açúcar. De igual modo, o medo que ecoava entre os produtores caribenhos fez com que cada colônia adotasse medidas próprias a fim de proteger suas lavouras açucareiras e a estabilidade social. Na Martinica, a abastada aristocracia açucareira, contrária ao governo revolucionário na França e enfraquecida pela instabilidade em São Domingos e Guadalupe, preferiu se distanciar do Império Francês e entregar a ilha aos britânicos para preservar suas propriedades e garantir a manutenção da escravidão. A ocupação britânica entre 1793 a 1802 poupou à Martinica levantes tal como em *Saint Domingue* e Guadalupe, período pelos quais vivenciaram verdadeiros caos, político, conflitos civis e insegurança econômica, prejudicando seriamente a indústria açucareira da ilha (TOMIC, 2016.p.70). A dificuldade de comunicação devido o período de guerras proporcionou de certa maneira maior espaço de liberdade econômica, possibilitando, mesmo que parcialmente uma certa liberdade econômica, porém suficiente para permitir uma relação entre sistema produtivo, como a ampliação da lavoura açucareira à partir da segunda metade do século XIX.

Tanto a Martinica quanto a Guadalupe foram ocupadas pela segunda vez pelos britânicos entre 1809 e 1814. E as consequências desta segunda ocupação foram quase fatais para a indústria açucareira nas duas colônias. O açúcar das Índias Ocidentais Francês foi efetivamente excluído do mercado europeu durante esse período. A Grã-Bretanha, preocupada em proteger suas próprias colônias da concorrência, proibiu o açúcar das colônias francesas ocupadas pelos britânicos de serem negociadas nos mercados domésticos ingleses, classificando-a como açúcar estrangeiro e vendida somente pela Grã-Bretanha para reexportação. Ao mesmo tempo, a intensificação do bloqueio continental do açúcar francês quase pôs fim a todas as importações de açúcar francês para a Europa (TOMIC, 2016.p.69). Essa leitura trazida por Tomich, em parte pode ser considerada equivocada, uma vez que à ocupação britânica, fez como que a Martinica viesse à experimente livres negociações e consequentemente uma produção direcionada diretamente para o mercado Inglês, por meio de contrabando.



Os preços caíram tão acentuadamente por causa dos bloqueios impostos pela Inglaterra que a viabilidade de receita da aristocracia açucareira da Martinica foi incapaz de cobrir os custos de produção. A cana-de-açúcar foi quase abandonada durante esse período e a maioria dos plantadores concentrou-se no cultivo de provisões. O último reduto do Império Francês, responsável pela hegemonia francesa do açúcar, assistiu a sua derrocada ao enfrentar a barreira continental imposta pela Inglaterra, ao mesmo tempo que os limites físicos ecológicos da Martinica eram elevados à sua extensão máxima.

Essa difícil condição foi agravada pelo furacão que devastou a Martinica em 1813. Com base em relatos históricos, os furacões fizeram com que a produção de cana caísse 50% ou mais por pelo menos no primeiro ano, enquanto no caso de tempestades os efeitos foram menores. Mas é fato que as extensões dos efeitos meteorológicos perduraram até safras futuras impactando a exportação do açúcar. Entre os anos de 1700 a 1850, Cuba enfrentou 39 furacões, ficando à frente da Martinica, que no mesmo período passou por 22 furacões[3]. Apesar da experiência na produção açucareira caribenha e o crescimento da região ocorrem ao mesmo tempo em que emergia a Revolução Industrial, a imprevisibilidade climática tornava a região vulnerável. Esse declínio na oferta teve consequências importantes para o preço do açúcar na Inglaterra (MOHAN et STROBL.2013)

Apesar das adversidades climáticas, políticas e fiscais, o cultivo de açúcar também aumentou nas ilhas conquistadas durante a Guerra dos Sete Anos. Todavia, o Caribe, rapidamente atingiu os limites físicos e técnicos da expansão das lavouras. Diferentemente do que ocorreu no Brasil e Cuba, a mão de obra escrava ociosa nas pequenas e diversas propriedades da Martinica, e comumente eram empregadas nas demais agriculturas entre ciclos produtivos da cana-de-açúcar. Os senhores de engenhos martiniquenses tinham como principal objetivo a redução dos custos de produção, permitindo as pequenas provisões das lavouras de subsistência trabalhadas no sábado, dia livre, como forma de reduzir gastos com a alimentação, roupas e demais exigências inerentes a sobrevivência dos escravizados. Isso permitiu, até mesmo pela proximidade entre as lavouras, maior conexão entre diferentes commodities produzidas na ilha.

“Estou muito longe de aprovar um método tão contrário aos sábios pontos de vista do governo que defende este presente de sábado como um substituto para a comida que é bem devida, mas a verdade me obriga a declarar que em grande parte das



casas onde se dá aos sábados, vê-se os negros em muito bom estado, e que os donos me garantiram que, se essa modalidade fosse contrária aos seus interesses, se vissem o menor declínio entre os indivíduos que compõem as oficinas, eles iriam ter cuidado para não usá-lo. Alguns proprietários entregam aos negros pedaços de cana cortada, que eles transformam em roças, que eles mesmos cultivam, no tempo que lhes é concedido para o descanso, e o abandono dessa terra aumenta sua alimentação. Acho esse modo vicioso, é impossível para um negro, por mais trabalhador que seja, deixar um emprego para entrar em outro prescrito por seus interesses, é uma sobrecarga que tende a enfraquecer suas forças.” (RENOUARD *Apud* TOMICH. 2016)

Ao se analisar a espacialidade da Ilha da Martinica, a pequena área insular mede aproximadamente 1.100 km² de extensão, um décimo da área do Recôncavo Baiano se comparados. Suas condições de formação do espaço, a partir de Saint-Pierre, chamam atenção pelas múltiplas e diferentes paisagens. A variabilidade climática oscila demasiadamente quando comparada à sua pequena superfície. A diversidade estrutural da geografia local, subdivide-se em diferentes zonas, que ao longo do período colonial serviram como fronteiras internas, alocando de maneira compartimentada os pequenos espaços produtivos, indo do tabaco à prevalência e monocultura das *plantations* de cana-de-açúcar, até o declínio e tentativa hegemônica francesa em 1848 (CHRISTIAN *Apud* TOMICH.2016). E é justamente essa crise financeira, devido à já abordado discussão sobre a ausência de crédito e liquidez que faz com que Martinica venha à colapsar, pois a combinação de terras e propriedades disponíveis, essas com baixa liquidez, somado ao fato do declínio do tráfico e do número de mão de obras escravizados faz com que não haja maneiras de se garantir o crédito necessário para transição assistida de ocupação de novas áreas de plantio de açúcar.

A ausência de garantias aos credores na colônia teve como consequência o aumento dos juros e dos preços. De acordo com Lavollée, a taxa de juros ordinária na Martinica era de 12 por cento quando o credor metropolitano emprestava diretamente ao mutuário colonial. No entanto, devido às dificuldades em recuperar créditos nas colônias, os empréstimos geralmente eram intermediados por corretores que emprestavam o dinheiro ao mutuário a 12 por cento, mas exigiam a renovação da transação a cada três meses, cobrando uma comissão de 1%. Dessa forma, os 12 por cento de juros efetivamente se elevavam para 16 por cento ao ano. Essa era a taxa mais baixa na qual um empréstimo poderia ser contratado nas colônias. Em momentos de crise comercial, essa taxa aumentou para 2,5 a 3 por cento ou



até mais por mês. Lavollée argumentou que as taxas de juros por si só eram suficientes para deixar os fazendeiros profundamente endividados.

Bernard, o procurador-geral de Guadalupe, atribuiu as altas taxas de juros nas Índias Ocidentais Francesas à falta de uma lei hipotecária eficaz. Ele apontou que as taxas de juros nas Índias Ocidentais britânicas eram, em média, apenas 6 por cento, pois não havia exceções para as fazendas de açúcar. Nas colônias, a mesma lei de hipotecas da Inglaterra era rigorosamente aplicada, o que proporcionava aos fazendeiros britânicos um melhor acesso ao crédito e ao capital quando necessário (TOMICH, 2016.p.174)

O fracasso em estabelecer a propriedade como uma relação social e jurídica adequada afetou negativamente a agricultura de plantação. As medidas adotadas para preservar e proteger a integridade da produção material foram originalmente concebidas para beneficiar o cultivo de açúcar no início da colonização. No entanto, com o acúmulo de dívidas antigas e novas relacionadas à indústria açucareira, as restrições à alienação de terras e escravos não apenas aumentaram as fraudes (que se tornaram mais frequentes), mas também destruíram o crédito, pois não forneciam nenhuma garantia ao credor. Frequentemente, as propriedades eram hipotecadas além de seu valor e o número de credores fictícios aumentava, enquanto as hipotecas ofereciam apenas garantias ilusórias aos credores reais. Como resultado dessa insegurança, a confiança dos fazendeiros diminuiu. O capital metropolitano passou a investir menos em propriedades coloniais, e os fazendeiros das Índias Ocidentais praticamente deixaram de ter relações diretas com os comerciantes metropolitanos.

No período colonial o crédito poderia ser facilmente obtido, já que o comércio metropolitano estava disposto a apoiar os fazendeiros, que naquela época possuíam propriedades e embarcavam açúcar com lucros consideráveis. O crédito anteriormente era disponível para os plantadores de açúcar foi ficando cada vez mais raro devido ao aumento do endividamento e os ciclos de constituir a mesma propriedade variáveis vezes como garantia. Os capitalistas não estão dispostos a apoiar uma indústria irresponsável, tornando os novos empréstimos impossíveis. Os altos juros sobre o dinheiro e o custo do capital afetaram os lucros dos proprietários e tornando difícil o desenvolvimento de qualquer indústria no país. (SCHOELCHER *Apud* TOMICH. 2016)



O contraponto Cubano, como se demonstrará a seguir é justamente o espaço colonial capaz de conectar esses distintos frames de combinações entre disponibilidade de terras, mais mão de obra escravizada, mais aporte tecnológico, mais ativo circulante, que diversifica a possibilidade de garantias, situação replicada na Província Paulista, no Vale do Paraíba, no Oeste Paulista. Uma vez que com a combinação de tecnologia, aporte ambiental, logística de escoamento de produção e crédito financiado pelo Banco do Brasil se torna o cenário perfeito para o desenvolvimento capitalista regionalizado viável principalmente pela propriedade e não mais pelo escravizado.

Manuel Moreno Friginals, em o Engenho, sinalizou a dificuldade em delimitar e explicar a expansão da lavoura açucareira a partir de Havana. Em um primeiro momento deve-se mensurar a capacidade instalada por cada engenho, identificando o número médio de escravos usados por engenhos, em média de 05 escravos para pequenas engenhocas a 100 escravos, em caso de engenhos/fábricas maiores. A partir de Havana, delimita-se uma área canavieira de cerca de 320 *cabellerias* (aproximadamente 4.294 hectares). No fim do século XVIII, a área ocupada por engenhos na Região de Havana correspondia a uma área superior a 5.000 *cabellerias* ou 61.000 hectares, se estendendo para oeste em direção a Bahia Honda, com área de aproximadamente de 120.000 hectares, duplicando a capacidade produtiva a partir do século XIX. Essa expansão rompe com a estrutura do regime imobiliário das propriedades cubanas (FRAGINALS. 1988.p.55)

O início da produção de açúcar se deu de maneira lenta e gradual à medida que novas plantações foram construídas na fértil planície de Artemisa, entre Güines e Quivicán, ao sul e sudeste de Havana, onde outrora se estabeleceram pequenos produtores de tabaco. Em 1792, 245 engenhos de açúcar encontravam-se em operação em torno de Havana e Matanzas. Em 1800, o número subiu para 350 na mesma região, com mais 50 em construção. A expansão inicial da indústria açucareira na região fora de Havana gerou conflito entre a açucarocracia cubana com o Departamento da Marinha sobre o próprio uso da floresta (TOMICHI et Al. 2021).

Outro aspecto importante, desde a fase inicial de expansão açucareira, relaciona-se com o transporte de carga e sua relevância para a formação do mercado cubano e a ampliação da fronteira açucareira. Dificuldades, como os altos custos de logística e meios ineficientes de



transportar as cargas do açúcar até a região portuária, impediam a conexão do interior até o seu destino final.

A partir do final da década de 1860, observa-se o fenômeno de superendividamento em Cuba, a crise e sua desigualdade repercute em efeitos impulsionam uma transformação inadiável do sistema açucareiro cubano. Essa necessidade já vinha sendo apontada desde a década de 1860, porém, havia sido adiada devido às vantagens proporcionadas pelos baixos custos de produção, pela posição dominante no mercado internacional e pelos bons preços alcançados pelo açúcar. A crise exigiu uma reforma profunda do complexo açucareiro, resultando na supressão de unidades menos eficientes, na facilitação da especialização e no impulso à aquisição de maquinaria moderna por parte dos que se mantiveram ou ingressaram no negócio. Além disso, a crise promoveu a concentração e a centralização ao deslocar os proprietários de menores recursos e diminuir o preço das propriedades, criando, em suma, novas oportunidades de investimento. A crise, juntamente com a abolição da escravidão no século XIX, impulsionou essas transformações.

Na segunda metade do século XIX, os senhores de engenho cubanos encontraram na hipoteca de suas terras a principal forma de obter empréstimos. A propriedade da terra se tornou uma valiosa fonte de capital e, por isso, frequentemente era utilizada como garantia para empréstimos vultosos. Os senhores de engenho ofereciam suas terras como colateral para financiar suas atividades agrícolas. Através da hipoteca, eles concediam ao credor o direito de retomar a propriedade em caso de inadimplência. Essa prática era comum durante a transição da escravidão para a propriedade privada, na qual a terra desempenhava um papel central na economia e no sistema de garantias de empréstimos. Essa prática se estendeu até a adoção dos sistemas de usinas centrais, impulsionada pelo crescimento do mercado norte-americano e pelo influxo de escravizados vindos do sul dos Estados Unidos, bem como pela posterior anexação do território cubano, o que tornou os Estados Unidos o maior credor dos senhores de engenho cubanos (PIQUERAS, 1998) e (MANZOTE, 2008).



CONCLUSÃO

Como demonstramos, a disponibilidade de terras e a fragmentação das propriedades foram fatores-chave no rearranjo da relação crédito/garantia, e conseqüentemente, no desenvolvimento do capitalismo nos países latino americanos aqui destacados. No caso de Cuba, a reforma agrária ocorreu apenas no século XX, devido à ocupação e colonialismo exercidos pelos EUA. Na Martinica, as pequenas propriedades já existiam desde sempre, mas a revolução do Haiti e a perda do território para a França resultaram em uma otimização da produção nas pequenas áreas anteriormente destinadas à produção agrícola negra e conseqüentemente a absorção via tráfico de toda mão de obra escravizada para Cuba. No Brasil, tal medida, quando proposta no fim do império, não teve relevância, e quando reavivada na década de 1960 foi calada com um golpe militar que perdurou mais de duas décadas.

Comparando as hipotecas clássicas da Inglaterra dos séculos XVI e XVII com as hipotecas modernas americanas, percebe-se que as hipotecas clássicas eram mais restritivas para os devedores, exigindo o pagamento dentro de prazos curtos e sempre lastreados na terra. Somente no início do século XVIII, por meio de reformas judiciais, foi estabelecida uma "equidade de resgate" que permitia prazos de resgate mais longos e leilões de execução hipotecária em caso de inadimplemento. No entanto, essas reformas só se consolidaram como doutrina estabelecida por volta do século XVIII.

Em resumo, a análise institucional se concentra nas diferentes formas de garantia de crédito adotadas nas colônias do Recôncavo Baiano, Sudeste brasileiro, Cuba, Martinica e na Inglaterra. A disponibilidade e a concentração de terras tiveram um impacto significativo nessas economias, e as hipotecas desempenharam um papel crucial na Inglaterra, porém, desvinculada do cativo, enquanto em outras regiões, como no Brasil, as garantias eram dadas por escravos. A abolição da escravidão obrigou uma transição na lógica das garantias, com desafios e resistência por parte dos proprietários de escravos e a necessidade de se adaptar a novos modelos econômicos e jurídicos, que no final do século XIX se aproximaram do modelo inglês do século XVI. Por fim, este trabalho visa propor caminhos de pesquisa que possibilitem o avanço do campo historiográfico que se concentra na formação do mundo



capitalista moderno e suas implicações e desafios, visando resgatar a origem da estrutura comum econômica do Mundo Atlântico.

A comparação institucional que pretendo analisar concentra-se na origem comum dessas áreas de fronteira e nas tensões entre a adoção do sistema de garantias britânico, com base no direito consuetudinário, e a implementação desse modelo de garantia nas colônias que adotavam a garantia pela ótica da civil law, originada do direito romano. A interação desses sistemas jurídicos distintos resultou em uma transição entre as garantias, com a propriedade da terra se tornando a garantia principal no sistema de latifúndios das plantações. No entanto, as mudanças nas políticas de crédito e a abolição da escravidão levaram a uma substituição gradual das garantias, com a resistência de proprietários de escravos e a concentração de terras sendo fatores influentes nesse processo.

A disponibilidade de terras e a fragmentação das propriedades foram fatores-chave nas ilhas caribenhas, impulsionando a reforma agrária e a divisão das terras após revoltas de escravos. No caso de Cuba, a reforma agrária ocorreu apenas no século XX, devido à ocupação e colonialismo exercidos pelos EUA. Na Martinica, as pequenas propriedades já existiam desde sempre, mas a revolução do Haiti e a perda do território para a França resultaram em uma otimização da produção nas pequenas áreas anteriormente destinadas à produção agrícola negra e conseqüentemente a absorção via tráfico de toda mão de obra escravizada para Cuba.

Comparando as hipotecas clássicas da Inglaterra dos séculos XVI e XVII com as hipotecas modernas anglo-americanas, percebe-se que as hipotecas clássicas eram mais restritivas para os devedores, exigindo o pagamento dentro de prazos curtos. Somente no início do século XVIII, por meio de reformas judiciais, foi estabelecida uma "equidade de resgate" que permitia prazos de resgate mais longos e leilões de execução hipotecária em caso de inadimplemento. No entanto, essas reformas só se consolidaram como doutrina estabelecida por volta do século XVIII.

Em resumo, a análise institucional se concentra nas diferentes formas de garantia de crédito adotadas nas colônias do Recôncavo Bahiano, Cuba, Martinica e na Inglaterra. A propriedade da terra se tornou a garantia principal nas plantações, substituindo gradualmente a garantia baseada na escravidão. A disponibilidade e a concentração de terras tiveram um



impacto significativo nessas economias, e as hipotecas desempenharam um papel crucial na Inglaterra, enquanto em outras regiões, como no Brasil, a garantia era dada por escravos ou venda condicional. As mudanças nas políticas de crédito e a abolição da escravidão levaram a uma transição na lógica das garantias, com desafios e resistência por parte dos proprietários de escravos e a necessidade de se adaptar a novos modelos econômicos e jurídicos.

Referências Bibliográficas

AZEVEDO, Esterzilda Berenstein de. Engenhos do Recôncavo Baiano. – Brasília, DF: Iphan / Programa Monumenta, 2009.

BEIGUELMAN, Paula. A formação do povo no complexo cafeeiro: aspectos políticos. . São Paulo: EDUSP. . Acesso em: 21 jun. 2023. , 2005

BRAUDEL, Fernand. O Mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na época de Felipe II. v. I. São Paulo: Edusp, 1949.

CARRARA, Angelo Alves. O crédito no Brasil no período colonial. Uma revisão historiografia. Varia Historia, Belo Horizonte, vol. 36, n. 70, p. 15-51, jan/abr 2020

FRAGINALS, Manoel Moreno. O Engenho. Complexo Econômico-Social. Vol I. Tradução: RANGEL, Sonia. ABILIO. Rosemary. São Paulo, 1988.

GAMBI, Thiago Fontelas Rosado. O banco da Ordem: política e finanças no império brasileiro (1853-1866). São Paulo: Alameda, 2015.

GONÇALVES, Graciela Rodrigues. As secas na Bahia do século XIX: Sociedade e Política. Dissertação de mestrado, 2000.

GORENDER, Jacob. O escravismo colonial. São Paulo: Perseu Abramo, 2016.



GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro; LIBBY, Douglas Cole. A economia do Império brasileiro. São Paulo: Atual, 2004.

HOFFMAN, Philip T. VINAY, Gilles Postel. ROSENTHAL, Jean- Laurent. Dark Matter Credit. The Development of Peer-to-Peer Lending and Banking in France. Princeton University Press. 2019.

MARCÍLIO, Maria Luiza. A cidade de São Paulo: povoamento e população, 1750-1850, com base nos registros paroquiais e nos recenseamentos antigos. São Paulo: Pioneira; Edusp, 1973.

MARCÍLIO, Maria Luiza. Demografia histórica: orientações técnicas e metodológicas. São Paulo: Pioneira, 1977.

MARTINS, Roberto B. Growing in Silence: The Slave Economy of Nineteenth Century Minas Gerais, Brasil. Tese de doutoramento, Venderbil University, USA, 1980.

MCMICHAEL, Philip. Settlers and the Agrarian Question. Foundations of Capitalism in Colonial Australia. Cambridge University Press. 1984.

MELLO, Pedro de Carvalho. Estimativa da Longevidade de Escravos no Brasil do século XIX. São Paulo: Estudos Econômicos, p. 151-179.

MERRICK; GRAHAM. População e desenvolvimento econômico no Brasil de 1800 até a atualidade (1980)

MOHAN, Preeya. STROBL; Eric. The Economic Impacto of Hurrricane in History: Evidence from Sugar Export in the Caribbean from 1700 to 1960. In Weather, Climate, and Society:2013.

MOORE, Jason. *Remaking Work, Remaking Space: Spaces of Production and Accumulation in the Reconstruction of American Capitalism, 1865–1920: Published by Blackwell Publishers, 108 Cowley Road, Oxford OX4 1JF, UK and 350 Main Street, Malden, MA 02148, USA*

OLIVEIRA, Thiago Alvarenga (2020): A Caixa Econômica da Corte: desenvolvimento, centralização e expansão da poupança brasileira (1861-1889). Niterói/Murcia, Tese de Doutorado em História. Universidade Federal Fluminense.



Rafael Marquese, em *Os Tempos Plurais da Escravidão – ensaios da História e historiografia* (2020).

RIBEIRO, Maria Alice Rosa; PENTEADO, Maria Aparecida Alvim de Camargo. Uma sociedade vista por suas hipotecas: campinas, 1865-1874. *Revista História e Economia*, São Paulo/Lisboa, v. 20, p. 15-53, 05 jul. 2018.

Robert W. Slenes, "The Demography and Economics of Brazilian Slavery: 1850-1888" (Tese de Doutorado, Stanford University, 1976).

RODARTE, Mario Marcos Sampaio. GODOY, Marcelo Magalhães. PAIVA, Clotilde Andrade. Estrutura e dinâmica demográfica brasileira no século XIX. In ALMICO et PEREIRA. *História Econômica do Brasil*. Coleção Novos Estudos de História Econômica do Brasil. EDUFF. HUCITEC Editora. 2022.

RODRIGUES, Gelze et Al. A trajetória da cana-de-açúcar no Brasil. *Perspectivas geográficas, histórica e ambiental*. EDUFU. 2020

SANTOS, Augusto Fagundes da Silva. *É fiado ou em dinheiro de Contado? O Crédito na Bahia Colonial (1777-1808)*. Tese de Doutorado. UFBA. 2020.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SWEIGART, Joseph Earl. *Financing and marketing brazilian export agriculture: the coffee factors of Rio de Janeiro, 1850-1888*. 1980. 338 f. Tese (Doutorado)

TOMICH, Dale. *Slavery in the Circuit of Sugar: martinique and world-economy, 1830-1848*. 2. ed. Nova Iorque: State University Of New York Press, 2017.

ZHANG, Taisu *The Laws and Economics of Confucianism: Kinship and Property in Preindustrial China and England*. Cambridge University Press: Cambridge, 2017.